

SESSÕES DO PLENÁRIO

37ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de abril de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Jânio Natal, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Vando, Zé Neto e Zó. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Luiza Maia comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 09/04/2015.

Do Deputado Pastor Sargento Isidório comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 06 a 09/04/2015, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado Euclides Fernandes comunicando que, devido a problemas de saúde, esteve ausente nas Sessões dos dias 14 e 15/04/2015, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Com a palavra a deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, queridos deputados e deputadas, ocupantes das Galerias, servidores, imprensa, quero dizer que a Comissão da Mulher hoje teve um quórum qualificado, com a presença da conselheira Municipal de Mulheres de Salvador, e aprovamos uma série de pautas como: visitas às delegacias – as DEAMs –; audiências e a presença da secretária Olívia no dia 6; a audiência, deputado Carlos Geilson, a Mulher e o Esporte; e também a Pedalada pela Diversidade.

Mas o que me traz aqui, Sr. Presidente – e quero agradecer ao nobre deputado Adolfo Viana, que nos cedeu esse tempo –, deputado Joseildo, é o dever de falar da Frente Parlamentar em Defesa da Baía de Todos os Santos, da qual fazem parte os deputados que estão aqui, e que já começa, necessariamente, tendo que atuar para impedir a entrega da concessão da linha Salvador/Itaparica pela empresa Transtop, deputado Joseildo.

Essa linha começou a circular em janeiro e não houve tempo hábil, Sr. Presidente, para se fazer sua divulgação. E a empresa que ganhou – ou o *pool* de empresas que ganhou – a concessão dessa linha alega insustentabilidade econômico-financeira.

Tivemos a visita da comissão Itaparica é do Povo, que fez uma audiência, solicitando auxílio da Frente Parlamentar em Defesa da BTS, e conseguimos uma reunião com o secretário Nelson Pelegrino e o diretor da Agerba, Eduardo Pessoa. Este nos prometeu para hoje uma reunião, às 15 horas, com a Comissão e todos os deputados, deputado Herzem, que militam naquela região, ou que, como V.Ex^a, não militam, mas entendem que concessão é para ser cumprida. O povo depende do transporte e a interrupção significará desassistência. Teremos uma reunião agora, às 15 horas, com os donos da atual empresa e a Agerba, deputado Rosenberg, a fim de que haja garantia da não interrupção.

Na primeira reunião que tivemos, houve a promessa do Dr. Eduardo Pessoa, da Agerba, de que, caso houvesse interrupção, a Internacional Marítima – que hoje faz a linha por Bom Despacho – poderia assumir aquela linha.

O que nós queremos, como Frente em Defesa da Baía de Todos os Santos, é que não haja a interrupção seja qual for a empresa. Hoje, é um *pool* de empresas, Transtop e Global. A Transtop também faz a linha Salvador/Madre de Deus. Essa é viável porque houve o subsídio da prefeitura.

Nós estamos conclamando os prefeitos da região: o de Itaparica, o de Vera

Cruz e o de Salinas. O prefeito Jorginho – que o deputado Adolfo Viana muito conhece – esteve conosco nessa reunião, pleiteando não só a recuperação do cais daquela região, uma promessa do secretário Nelson Pelegrino, mas solicitando a ampliação do serviço da linha Salvador/Itaparica até Salinas. Qual não foi a nossa surpresa quando vimos que nos termos do contrato, deputado Rosemberg, constava Salinas nos fins de semana. E nunca Salinas recebeu qualquer embarcação que oferecesse esse transporte.

Nós esperamos, e todos os deputados que aqui estão, deputado Marcelino Galo, e integram essa frente, fazer uma frente em defesa da manutenção desse modal, e também a defesa dos interesses coletivos dos municípios que fazem parte da Baía de Todos os Santos, que é a sede da Amazônia Azul.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, dividirei o meu pronunciamento em duas breves etapas. Na primeira parte, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Parlamentares de que existem muitos projetos apresentados por parlamentares nesta Assembleia Legislativa que precisam ser apreciados. Nesta legislatura não apreciamos ainda qualquer projeto de parlamentar, tampouco projeto do Executivo. Aliás, deputado Jânio, o Executivo encaminhou apenas um projeto, e o retirou em sequência.

Estamos há mais de 100 dias exercendo as nossas funções neste Parlamento e não apreciamos ainda um projeto sequer.

Aí, chamo a atenção dos membros da Mesa Diretora, dos parlamentares desta Casa para a questão da segurança pública. A Bahia é um dos estados mais violentos do Brasil. E há muitos projetos dos parlamentares com o objetivo de dificultar a vida das organizações criminosas em nosso Estado que não são apreciados.

Eu mesmo tenho um projeto sobre a questão da segurança pública em transporte coletivo tramitando nesta Casa desde 2012. Consegui a assinatura para a dispensa de formalidades do Líder da Oposição, e apresentei-o ao Líder da Maioria, Zé Neto, também.

O secretário Fábio Mota, da Prefeitura de Salvador, já está implantando o mesmo projeto que apresentei em 2012 nesta Casa. Em Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o mesmo projeto vem fazendo o maior sucesso. E o Estado da Bahia fica assistindo passivamente as pessoas que usam o transporte coletivo serem esculachadas pelos bandidos. É uma vergonha!

O deputado Leur Lomanto Júnior apresentou também, na semana passada, um projeto de lei que dificultará as ações dos criminosos que andam em motos e atacam estabelecimentos como postos de gasolina e *shopping centers*.

Deputado Leur, já disse e vou repetir desta tribuna: não resolveremos o problema da segurança pública com um projeto milagroso. São vários projetos que dificultarão a vida dos criminosos, no sentido de o Estado da Bahia ser mais seguro para que as pessoas possam viver e ter dignidade, deputado Herzem. É essa a atenção que quero chamar dos parlamentares. Há mais de 4 meses que iniciamos esta legislatura e não apreciamos um projeto sequer. Então, essa é a primeira parte do meu pronunciamento.

Na segunda parte, serei breve por conta do tempo. Juntamente com o deputado Fábio Souto e os outros membros da Comissão de Meio Ambiente, deputados Gika e Marcell Moraes, fizemos uma visita ao rio Joanes, deputada Fabíola. Constatamos que os rios Ipitanga e Sapato, que deságuam no rio Joanes, são extremamente poluídos. O rio Joanes, que abastece boa parte da Cidade do Salvador, tem os seus dias contados se não tomarmos uma providência imediata. Existe uma barragem que está liberando pouca água, fazendo com que o rio não possa ter o seu curso natural. Parece-me que há algumas empresas do Polo Petroquímico e do CIA extraíndo água do Rio Joanes, que já tem uma dificuldade de respirar muito grande. E não existem contrapartidas para que esse rio não morra nem por parte da iniciativa privada, que se beneficia das suas águas, nem por parte das cidades, nem do governo do Estado.

Então fica aqui uma reflexão para todos os parlamentares. Se não tomarmos uma providência imediata para salvar o Joanes e outros rios que a comissão visitará, cada dia ficará mais difícil. E quando o mundo inteiro se volta para tratar a questão da água do País e do nosso Estado, este Parlamento pode dar uma grande contribuição.

Então, tenho certeza de que os deputados não permanecerão inertes. Iremos juntos tomar providências para que o Rio Joanes volte a respirar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo por até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas desta Casa, companheiros e companheiras servidoras, imprensa, aqui eu gostaria de registrar que hoje é celebrado o Dia da Terra, e isso vem justamente a calhar com o pronunciamento do deputado Adolfo Viana. Até porque a Terra, no seu dia, aproxima-se de uma situação extremamente difícil, na sua globalidade, porque a questão ambiental passa a assumir um caráter global. Hoje, o que é feito no extremo norte atinge diretamente as populações do globo, como um todo.

Então, no Dia da Terra, temos que aqui celebrar, mas também fazer este debate no sentido de que temos de partir de uma forma determinada para mitigar e para trabalhar adequações. Que possam ser feitas as correções necessárias para que continue sendo possível a vida na Terra.

Discutíamos, pela manhã, que o mundo não vai acabar, mas a civilização humana corre um sério risco. E hoje está colocado que apenas sete países, exatamente os mais desenvolvidos, emitem 70% do monóxido de carbono, e isso vem atingindo diretamente a possibilidade de aquecer mais ainda.

O que está sendo colocado pelos estudiosos, pelos pesquisadores... E hoje já sentimos, de forma concreta, como é demonstrado pelos refugiados ambientais, não tão bem colocado esse conceito, mas sim os deslocamentos ambientais que ocorrem, porque povos que habitam lugares onde não há mais condições de sobrevivência, termina a água, a possibilidade de produzir alimentos e as tragédias estamos vendo aí, como foi essa recente no Mar Mediterrâneo, onde africanos morrem aos milhares procurando um refúgio, procurando outro lugar no globo para poder continuar sobrevivendo.

De forma que essa questão, que é uma questão transnacional, que é uma questão trans-histórica, porque teremos que cuidar de legislação não só para o nosso tempo, este tempo em que vivemos, este tempo que é curtíssimo frente à vida como se desenvolveu neste planeta, mas temos que assumir a nossa responsabilidade, porque ou tomamos medidas não só no sentido legislativo, mas principalmente na possibilidade de incluir, via educação, para que as pessoas que aqui habitam possam compreender a sua relação com a natureza que neste momento, de forma violenta abra uma fenda.

O homem deixa de se compreender como ser parte da natureza para apenas achar que ele é um explorador e que, através dos lucros exorbitantes, o mundo todo poderá ter o mesmo padrão de consumo dos norte-americanos. E o que vamos fazer é exaurir cada vez mais os recursos naturais. E este País que se limita, e cada vez menos, a ser somente um grande exportador de recursos, um grande exportador de água e de recursos naturais.

Meu tempo se esgotou, mas acho que poderíamos, com certeza, tratar de forma mais profunda essa questão crucial, que é o aquecimento global, a questão ambiental, que é o limite que a Constituição tem hoje, que precisa ser atualizada, tendo em vista a questão que se globalizou, do ponto de vista natural e leva a essa crise profunda no meio ambiente.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente,

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Em substituição ao deputado Sandro Régis, falará o deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, estive visitando a minha querida cidade de Jequié, nesse final de semana, e realmente fiquei triste, deputado Sandro Régis, V.Ex^a que teve também uma votação expressiva naquele município. Fiquei muito triste com a situação em que se encontra a nossa cidade, completamente acabada.

Os movimentos organizados saem as ruas clamando por melhorias. A Associação Comercial e Industrial de Jequié realizou, neste final de semana, uma grande manifestação, percorrendo todo distrito industrial da cidade, pedindo, clamando uma atenção por parte do governo do Estado, já que as vias de acesso, deputado Herzem Gusmão, estão completamente acabadas, praticamente intransitáveis, não se podendo circular no distrito industrial de Jequié. Imagine que é um local que abriga as grandes indústrias geradoras de emprego e renda para o município! As vias estão acabadas, sem nenhum tipo de iluminação, ou seja, deixam de ser um atrativo para novas indústrias que ali queiram-se instalar.

Então, houve essa grande manifestação por parte da Associação Industrial de Jequié, e eu venho a esta tribuna, assim como já vim inúmeras vezes, porque esse é um problema, deputado Pedro Tavares, que vem há mais de oito anos se arrastando. Já vimos aqui pedir uma intervenção direta por parte do governador – antes o ex-governador Jaques Wagner e agora o governador Rui Costa, que chegou aqui na abertura dos trabalhos, o deputado Luciano lembra bem, dizendo que ia ter uma atenção, um carinho especial por Jequié, já que a primeira-dama nasceu naquele município. Mas o que estamos observando até agora é um desprezo total, um abandono total. Nenhuma ação deste atual governo foi realizada lá nesta nova Legislatura pelo governador Rui Costa.

Deputado Rosemberg, falei aqui do distrito industrial. Agora falarei do aeroporto. Uma cidade com quase 200 mil habitantes, que está entre as dez maiores do nosso Estado da Bahia e tem importância muito grande no cenário econômico estadual, não tem aeroporto. Ele está fechado, abandonado, entregue às traças, deputado Rosemberg. Fechou tem um ano. Reabriu, depois fechou de novo. Reabre e fecha.

Mas a questão, deputado Rosemberg, é o desprezo com que Jequié vem sendo tratado. Isso não é de agora. Vem ao longo do tempo, principalmente falando do governo do PT. O governo petista virou as costas para o nosso município. Das promessas que foram feitas desde 2006 pelo então governador Jaques Wagner, nenhuma foi cumprida até hoje. E posso citar algumas: autonomia da nossa Universidade, a UESB - promessa mantida -, e um clamor de grande parte da população jequieense desde quando, reeleito, o governador Wagner manteve o que prometeu. E agora o governador Rui Costa. Mas nem sinal da autonomia da nossa Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Cito outro exemplo: uma ponte ligando o bairro do Jequiezinho ao Mandacaru. Aliás, ponte virou piada neste governo do PT, pois se falou na Ponte Salvador-Itaparica e está lá a Ponte Ilhéus-Pontal com suas obras completamente paralisadas. Então, ponte virou piada realmente. E lá em Jequié não poderia ser diferente. Prometeram também uma ponte ligando os bairros do Jequiezinho e Mandacaru, e ficou só na promessa! Depois disseram que iam construir uma passarela! Nem passarela nem ponte, e a população continua aguardando.

Faço aqui este desabafo, solicitando uma atenção especial, para que apaguem

estes oito anos de desprezo e descaso com a minha querida cidade, Jequié. Deputado Rosenberg, me ajude nesta luta. Jequié clama por ajuda e necessita de uma ajuda.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos por até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos ouvem e nos assistem, venho novamente a esta tribuna lembrar aos nossos pares que na próxima sexta-feira haverá uma audiência pública em que teremos a oportunidade ímpar de abrir e aprofundar uma discussão que cabe a todo o Parlamento brasileiro.

Trata-se de uma discussão aberta, sem preconceitos acerca do texto, do conteúdo da matéria que hoje tem os seus destaques votados no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara Federal. É o PL 4.330, que trata de algo que entre nós está consolidado há mais de 70 anos. E naquele primeiro momento, no governo de Getúlio Vargas, havia toda uma argumentação voltada para a origem da *Carta del Lavoro*, de Mussolini.

Naquela época, as relações entre capital e trabalho em nosso País eram praticamente inexistentes. E uma série de conquistas foi consolidada, como a regulamentação deste que é considerado um dos maiores mercados de trabalho em todo o mundo ocidental. Só que agora a desregulamentação deste mercado formal de trabalho cria uma série de problemas e um ambiente de incertezas muito grande. Então, estamos aqui com uma moção de protesto à aprovação, sem uma discussão ampla, duma matéria que fere profundamente os direitos do trabalhador e a relação capital e trabalho.

Achamos que não é possível que esta Casa perca a oportunidade de se pronunciar sobre esta matéria, mesmo porque receberemos lideranças, parlamentares que são favoráveis e vão discutir a razão do seu posicionamento favorável a uma matéria desta natureza.

Governos mais conservadores de um passado recente não tiveram a mínima condição de ferir de morte aquilo que era um ambiente seguro, muito embora reconheçamos, deputado Paulo Rangel, a necessidade de ajustar à contemporaneidade a CLT, uma lei que foi formulada há 70 anos, mas se assegura como algo ainda moderno quando comparamos com o que existe, por exemplo, nas relações entre capital e trabalho no México e em outras Nações, inclusive aqui da América do Sul.

O sofrimento dos trabalhadores é muito grande, e esse ataque afronta a renda e a posição deles na produção de riquezas. O valor, o montante da renda do trabalhador está sendo afrontado, além de haver a precarização trazida por essa lei da sujeição a toda sorte de insegurança no trabalho. Tudo isto - essas conquistas trabalhistas - é atacado frontalmente, e não poderemos ficar sem dar um grito de alerta contra essa possibilidade.

Portanto, é um debate que agora se impõe e precisa ser feito urgentemente, antes que a matéria passe. Isso estará acontecendo hoje, caso ela passe pela Câmara Federal e alcance a Casa revisora, o Senado, para que tenha então a sua votação estabelecida, ficando à disposição tão somente de um possível veto presidencial.

A nossa audiência pública é uma maneira para que o Parlamento baiano, de longa tradição de preocupações sociais efetivas, se debruce sobre essa matéria e possa emprestar a sua responsabilidade a um tema que assusta definitivamente aqueles que, diante de muita luta e muitos reveses, deram o seu sangue, a sua privação de liberdade por uma causa que mantém o mercado formal de trabalho em nosso País como um dos mais alvissareiros e mais importantes que temos no mundo ocidental.

Então renovo aqui o convite, Sr. Presidente, para que aqueles que quiserem se aprofundar nessa discussão o façam na próxima sexta-feira.

Muito obrigado por sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Fábio Souto, em permuta com o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna abordar dois assuntos. O primeiro me incomodou. Achei que o Congresso e os partidos daquela Casa erraram. Refiro-me ao aumento do Fundo Partidário, com o que concordaram partidos do governo e da Oposição - inclusive o meu - triplicando essa verba, que saiu de 289 milhões para 867!

No momento do ajuste fiscal, que nada mais é do que o governo diminuir os seus gastos em investimentos, em educação, na saúde, em infraestrutura, coisas que beneficiam a população, e buscar de todas as formas aumentar a arrecadação. Aumenta-se a arrecadação geralmente aumentando os impostos.

No momento de sacrifícios, quando os preços estão subindo de forma generalizada, como da água, da energia elétrica, tenho a convicção de que esse aumento do fundo partidário foi um equívoco. Acho que a presidenta também se equivocou, porque ela deveria ter vetado esse aumento. Não poderia deixar de subir a esta tribuna e externar a minha opinião e dizer que efetivamente foi um erro generalizado esse aumento do fundo partidário que atinge todos os partidos políticos do nosso País.

Mas queria ainda falar sobre a visita que a Comissão do Meio Ambiente fez ao Rio Joanes. Uma visita importante em que vários deputados dessa comissão foram in loco ver a situação do Rio Joanes e nos debruçamos, deputado Sandro Régis, com a situação de total descalabro daquele rio. As matas ciliares devastadas, o esgoto sendo jogado constantemente no rio, e ainda observamos que, da barragem para baixo, o Rio Joanes está praticamente morto. Nós nos reunimos com pescadores, com moradores da região e conversando com eles, esses nos disseram que 98% dos pescados do Rio Joanes, da barragem para baixo, acabaram. A situação é de tristeza,

porque vimos um rio destruído, com um fedor absurdo para as pessoas que moram à margem do rio, mas, sobretudo, uma desesperança. Estivemos com o presidente de uma ONG de lá que nos colocou toda a situação e efetivamente temos um diagnóstico para levar ao governo do Estado sobre a situação do Rio Joanes. É uma situação de grande dificuldade, mas o Estado possui um Fundo de Compensação Ambiental e acho que a questão do Rio Joanes é prioridade para o governo do Estado ver a situação desse rio, pois é um rio que serve a quase 30% do abastecimento de água da cidade do Salvador. Com certeza o governo do Estado e esta Casa têm que ter atenção com esse rio, porque a situação é muito delicada.

Volto à esta tribuna para dizer mais uma vez que temos que tomar uma atitude forte em relação à defesa das bacias hidrográficas do nosso Estado.

Falo do Rio Paraguaçu, do Rio São Francisco, do Rio Pojuca, que é também um rio importante, do Rio Pardo, do Rio Jequitinhonha, que efetivamente têm que ser olhados por esta Casa. E eu venho a esta Casa defender mais uma vez que o governo do Estado tem que formar um grande programa de recuperação das bacias hidrográficas do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão por 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Deputado Sandro Régis, colegas deputados, Galerias, colegas da imprensa, eu gostaria de abordar dois temas, dois assuntos. O primeiro é que queremos lamentar, e o rádio da Bahia está enlutado, com o falecimento do nosso colega comentarista da Rádio Sociedade da Bahia Antônio Vieira trabalhou no domingo, na Fonte Nova, por ocasião do jogo entre o Esporte Clube Bahia e o Juazeirense. Ele fez o seu trabalho; sempre dedicado, talentoso, um grande colega, um *gentleman*. Depois, foi para a casa e, durante a noite, uma parada cardíaca fulminante tirou do nosso convívio o nosso querido colega Antônio Vieira.

Dei entrada, nesta Casa, de uma Moção de Pesar para que tomem conhecimento, especialmente, a sua família, os colegas de todas as rádios de todo o Estado da Bahia e, mais especificamente, os colegas da Rádio Sociedade.

Portanto, nós lamentamos esta perda e este prejuízo para o rádio esportivo da Bahia.

Há poucos minutos, eu ouvi, aqui, o deputado Leur Lomanto, de Jequié, lamentar o fato de Jequié não possuir aeroporto, pois o mesmo aeroporto de Jequié está interditado há alguns anos. Quanto à questão de aeronaves, quem atende a Jequié é Vitória da Conquista.

Vitória da Conquista não possui, meus queridos deputados Hildécio Meireles e Luciano Ribeiro, um aeroporto municipal. O aeroporto de Conquista é regional. Para V.Ex^{as}. terem uma ideia, são 11 voos diários. Só para Salvador, são 6 voos: 3

pela Azul e 3 pela Passaredo. Imaginem, são 6 voos diários voos para Belo Horizonte e São Paulo.

Recebemos uma comunicação que, a partir de 1º de maio, a empresa Azul decidiu não operar voos noturnos em Vitória da Conquista devido ao clima e às questões meteorológicas. Na região, a neblina é densa e há nevoeiro. Conquista é uma cidade locada há a 1.100 metros acima do nível do mar.

Nesse período, os prejuízos são incalculáveis para as empresas e, também, para os passageiros. Há transtornos, demora nos aeroportos, pois compromissos são assumidos e são adiados como consultas médicas causando uma série de problemas.

E faltam melhorias ao nosso aeroporto atual.

Isso porque o aeroporto de Vitória da Conquista foi prometido. E o governador foi lá e, equivocadamente, disse que inaugura ainda este ano. Quem conhece sabe que o nosso aeroporto, melhor, o novo aeroporto vai demandar ainda 4 ou 5 anos para ser terminado. Concluíram, somente, 35 a 40% de pista. Eu diria que 4 anos é o tempo razoável para quem conhece.

E como se não bastassem os problemas, deputado Augusto Castro, um piloto me disse algo no aeroporto. Chequei. A Infraero não teve o seu contrato renovado com o governo do Estado para a região de Vitória da Conquista. O governo do Estado tirou a Infraero. Isso é grave!

Com a estrutura que tem a Infraero, com o *know-how* que tem a Infraero, com os 30 anos da Infraero, substituiu-se a empresa, uma autarquia ligada à ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil –, por uma empresa denominada de Reiko que não tem as mesmas características, que não tem a mesma performance e nem a estrutura da Infraero para operar voos na cidade Vitória da Conquista.

Então, é este o tratamento que o governo da Bahia dá a uma cidade governada e alinhada com o mesmo partido.

Vitória da Conquista merece atenção exatamente, porque este não é um aeroporto municipal. As pessoas das cidades de Guanambi, Itapetinga, Brumado, Jequié e Vitória da Conquista embarcam, também, neste mesmo aeroporto que destacamos como regional.

Portanto, queremos fazer um apelo para que a cidade seja contemplada com bons equipamentos, pois falta um equipamento fundamental denominado ILS para que Conquista possa operar, naturalmente com normalidade, os seus voos noturnos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre Líder Rosemberg Pinto por, até, 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Querido presidente Sandro Régis em exercício neste momento, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, imprensa, visitantes, quero dizer que aproveitei o último final de semana. Tive a grata honraria de receber,

em minha casa, o deputado Paulo Rangel que me deu o prazer da sua companhia. Isso foi em homenagem a Tiradentes.

Depois, fui à posse da Maria das Graças Peleteiro na cidade do deputado Hildécio. Foi uma festa bonita a posse nova secretária de Turismo de Cairu. Fui visitá-la. Obviamente, coloquei-me à disposição da cidade, uma vez que fui votado lá junto ao deputado Hildécio. Logicamente, Hildécio foi bem mais votado do que eu. Porém, tenho um compromisso com a cidade.

Aproveitei e fui a Morro de São Paulo acompanhado dos secretários baianos de Turismo, Nelson Pelegrino, e da Cultura, Jorge Portugal. Lá, fui informado que, no próximo mês de setembro, Morro sediará o Festival Internacional de Cinema. Espero poder ajudar a estes novos vetores, quais sejam, turismo e cultura na cidade de Cairu.

De lá, ontem, fui, também, a Ilhéus, a fim de participar de uma atividade do Partido dos Trabalhadores.

Realmente, fiquei impressionado quando passei pela cidade de Camamu. Deputado Augusto Castro, fui a Camamu e me deu uma tristeza muito grande. Primeiro porque, durante 3 anos e 6 meses, aquela cidade teve a gestão da nossa querida Ioná, então prefeita da cidade. Vejam, em minha opinião, por uma decisão equivocada, ela acabou se afastando nos últimos 6 meses da gestão do município. E os últimos 6 meses foram, realmente, um desastre para a cidade.

Depois de uma nova eleição, elegeu-se uma nova prefeita. Porém, de fato, quem faz a gestão de todo o município é o irmão dela, que já tinha sido prefeito. E como ele não poderia concorrer às eleições, colocou a sua irmã como candidata. No entanto, quem faz a gestão da cidade é o irmão da atual prefeita. Contudo, a gestão está, realmente, muito crítica.

Deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a estava falando, aqui, de Vitória da Conquista. Mas Vitória da Conquista junto a Teixeira de Freitas são as cidades que mais crescem em desenvolvimento no Estado da Bahia.

Lá, em Camamu, havia um plano de cargos e salários para os professores que, atualmente, estão em greve há 15 dias, porque a prefeitura sequer paga o piso salarial e desmontou o plano de cargos e salários.

A cidade é a porta de entrada para o turismo na Baía de Camamu. Para lá, dirigem-se os turistas para se deslocarem até Barra Grande, Península de Maraú ou, até mesmo, à cidade de Maraú. A Baía de Camamu deve ser o quinto destino turístico da Bahia.

Observem, na Bahia, o primeiro destino é Salvador; o segundo, Porto Seguro; o terceiro, Morro de São Paulo, cidade do deputado Hildécio; e o quarto ou o quinto destino deve ser Maraú.

No entanto, Camamu está, realmente, entregue às moscas, pois não há qualquer tipo de gestão. Olha, nós deixamos, lá, dinheiro empenhado para a requalificação do cais da cidade que foi paralisado desde que a ex-prefeita Ioná deixou o cargo. Ou seja, quanto aos convênios firmados à época, nenhum deles teve

continuidade.

E eu, realmente, fiquei, extremamente, triste com a forma como a atual gestora tem feito em Camamu, pois esta é uma cidade bela, agradável, história. E tal cidade, hoje, realmente, precisa da junção de todos nós para que possamos dar uma nova visão de gestão à cidade de Camamu.

Espero que a população, que já tem se manifestado contra a gestão atual, que realmente ela, de fato, traga de volta a nossa querida Ioná, para que a gente possa retomar o desenvolvimento da cidade de Camamu.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o futuro prefeito de Itabuna, deputado Augusto Castro, disparado em todas as pesquisas eleitorais.

O Sr. AUGUSTO CASTRO:- Sr. Presidente, deputado Sandro Régis, colegas deputados, deputadas, venho, mais uma vez, à Tribuna desta Casa, na tarde desta quarta-feira, primeiro, deputado Fábio Souto, deputado Pedro Tavares, deputados que são votados na Região Sul da Bahia, Leur Lomanto, trazer, mais uma vez, um assunto muito importante para a região do cacau, que é o sistema de abastecimento de água de Itabuna, que mais uma vez foi matéria, ontem à noite, na TV-Bahia, na sua programação.

Primeiro, a situação que Itabuna passa, hoje, com o sistema de água, deputado Paulo Rangel, deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a que é da região do cacau, e pode ajudar muito ao governo a retomar aquela importante obra, que é da Barragem do Rio Colônia, na cidade de Itapé.

Itabuna, deputado Herzem Gusmão, V.Ex^a esteve lá e sentiu as carências da cidade em várias áreas, na saúde, na segurança, mas é uma cidade que cresce. Porém, em função da monocultura do cacau, a cidade ficou, ao longo dos vinte anos, numa situação econômica muito difícil. O governo do Estado prometeu a conclusão da barragem em 08 de janeiro de 2013, o então governador Jaques Wagner esteve em Itabuna, assinou a ordem de serviço para a construção da adutora daquela barragem do Rio Colônia, e essa obra era para estar pronta em Itabuna há um ano. A cidade enfrenta, hoje, esse grave problema.

Precisamos aqui que o governador Rui Costa autorize logo essa ordem de serviço, foi feita a licitação dessa obra, obra orçada, à época, em 18 milhões de reais, a construtora Andrade Galvão assumiu e ganhou concorrência e acabou fazendo um distrato com o Estado da Bahia, via Secretaria de Saneamento e a Embasa. O governo do Estado volta a retomar a licitação que foi dado deserta por três oportunidades, e a obra está parada, um investimento de aproximadamente 50 milhões de reais. Itabuna, hoje, depende do sistema de água para poder atrair indústria para a região do cacau.

Você tem hoje, também ali, na região, obra prometida pelo governo federal, e o governo do Estado, semana passada, deputado Pedro Tavares, deputado Adolfo

Viana, citou a região do cacau e Pedro, como é votado em Ilhéus, deputado Rosemberg, queremos que o governador dê início às obras da Ponte Ilhéus/Pontal. Essa ponte Ilhéus/Pontal, que foi construída no governo do ex-governador Lomanto Júnior, é muito importante para Itabuna e para o desenvolvimento de Ilhéus e para o turismo naquela região. A obra está parada. Ontem peguei uma entrevista do secretário de Comunicação que disse que depende de licença ambiental, uma obra de quase 200 milhões de reais.

Vamos citar aqui, Sr. Presidente, outra importante obra para o Sul da Bahia, que é a duplicação da 415, ligando Itabuna a Ilhéus, uma obra orçada em quase 200 milhões de reais.

O Aeroporto Internacional da Costa do Cacau, o governo considerou de utilidade pública naquela área, no fundo da Ceplac, e não se tem nenhuma movimentação nesse sentido. O Porto Sul, que é muito importante para o desenvolvimento do Sul da Bahia, que vai ligar, deputado Pablo Barroso, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, saindo de Figueirópolis a Ilhéus, com as obras paradas.

Quero chamar a atenção desta Casa, chamar a atenção do Sr. Governador Rui Costa, do Secretário de Planejamento, da necessidade do Sul da Bahia ter essas obras garantidas para este ano, no mais tardar no próximo ano. Todos sabemos da crise econômica que o País atravessa, o capital não quer investir no Brasil, existe uma grande dificuldade. Soube que a Bahia Mineração está em estudos para viabilizar outros projetos para aquela região do cacau.

Então, Sr. Presidente, quero deixar registrada essa insatisfação da região do cacau, principalmente de Itabuna, Ilhéus e todos os municípios que compõem aquela microrregião.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis): - Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, da região de Valença, Camamu, Cairu, Maraú e adjacências.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Meu querido presidente, deputado Sandro Régis, nosso querido Líder em exercício na presidência, vim aqui à tribuna para concordar, em parte, com o deputado Rosemberg Pinto, que teve a felicidade, neste final de semana, de passar pela nossa região. Inclusive visitando Morro de São Paulo, onde teve a oportunidade de participar de um *coffee break* pela posse da nova secretaria de Turismo do município de Cairu. Vou concordar também com o deputado Rosemberg Pinto quando falou da situação desesperadora do município de Camamu que, aliás, desde a administração passada da prefeita Yoná que já não passa por uma boa situação. E, no atual momento, a situação de fato piorou ainda mais.

Mas quero lamentar, deputado Rosemberg Pinto, pela mudança que houve no município de Cairu em relação à Secretaria do Turismo. O secretário do Turismo foi demitido, ele havia sido nomeado pelo atual prefeito que, aliás, tem demonstrado sua

inapetência, sua falta de vontade de trabalhar naquele município e, sobretudo, em Morro de São Paulo, que tivemos um trabalho muito grande para organizar e estruturar. E, infelizmente, quem tem sensibilidade já percebe a degradação pela qual passa aquele tão belo recanto turístico da Bahia que, ainda hoje, ocupa o terceiro lugar, mas que já caminha para o abismo pela ineficácia da gestão, sobretudo a municipal.

Ultimamente, o prefeito, com a sua inapetência, demite um profissional da área de turismo, um homem com longa experiência e que já foi, por muitos anos, consultor do Ministério do Turismo e coloca uma senhora que o único conhecimento que tem dessa área é ser proprietária de pousada em Morro de São Paulo. Não sei de outra experiência dessa pessoa. Só nos resta torcer para que ela tenha sucesso, porque se trata do terceiro ponto turístico, como V.Ex^a acabou de falar aqui. V.Ex^a que agora faz parte, lá, do município, do grupamento político do atual prefeito, o qual ajudei a eleger. Ficamos apreensivos, porque nos preocupamos com o novo modelo de gestão. E aqui falo como cidadão cairuense, como deputado daquela região.

Para nossa surpresa, o helicóptero do governo do Estado conduziu o secretário do Turismo do governo do Estado, conduziu o secretário de Cultura do governo do Estado, conduziu V.Ex^a - até aí tudo bem- mas conduziu, também, o ex-prefeito, que deixou a prefeitura em 2004, para participar de um evento político. O secretário Portugal, na sua fala, em Morro de São Paulo, disse que foi lá porque tinha sido convidado, mas não sabia nem para quê. Mas foi conduzido num veículo oficial do governo do Estado. Nós estaremos, em Cairu, vigilantes, o grupo de vereadores da oposição está vigilante com os atos que têm acontecido no município nos últimos meses. Estaremos bastante atentos ao desenrolar político dos fatos que ocorrem naquela região sofrida, que nas últimas três eleições deu larga vantagem aos candidatos do PT. Em contrapartida, temos recebido apenas migalhas.

Portanto estaremos aqui a postos, nas trincheiras para defender os interesses dos baianos, sobretudo da população do Baixo Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, funcionários da Assembleia, telespectadores da *TV Assembleia*, estamos completando 3 meses de mandato. Meu caro Herzem, assim como V.Ex^a, tenho procurado, durante esse período, ser deputado em tempo integral. Com a mesma intensidade com que participo das atividades neste Plenário, nas comissões e nos gabinetes, nos finais de semana tenho sido intenso também, passeando, visitando e andando pela Bahia. E tenho visto que este governo que aí está nem sequer começou, nem sequer deu continuidade ao péssimo governo que terminou.

Eu ainda imaginava, meus caro presidente e meu caro Líder Sandro Régis, que na cidade de Jequié, a terra dos Srs. Deputados Leur e Euclides Fernandes, de tantas tradições e importância política, tanta importância econômica e regional, fosse vista com outros olhos. Aqui desta tribuna, num ato que condenei, o governador recém-eleito disse que teria olhos especiais para Jequié, porque lá era a terra da primeira-dama. Porque para lá a primeira-dama pedia e ele fazia. Mas vejo que aquela fala ele não cumpre, nem sequer respeita a tradição política de Jequié, mas também não respeita a sua palavra aqui empenhada de que por Jequié faria.

Hoje, o retrato que temos da Bahia está nos jornais, meu caro Herzem: (Lê) “Agência do Banco do Brasil de Ibitiara é explodida”, jornal de hoje; “Atraso nas obras do aeroporto tira a TAM de Salvador”, jornal de hoje. Pasmem todos: “Por falta de material, pacientes aguardam há dias por cirurgias no Hospital Ana Nery na Bahia”. Esse é o retrato do governo.

Eu, que tenho andado por toda a Bahia, principalmente na região Sudoeste, vejo que não há a presença desse governo. Um governo que além de não fazer e destruir, sabe muito bem aumentar o ICMS da gasolina; sabe muito bem aumentar as taxas do Detran; soube mandar para esta Assembleia a PL 21.080/2015 – sabe-se lá por que retirou –, mas é aquela que aumenta em 20% os débitos não tributários dos que devem ao Estado. Isso é um absurdo.

A Bancada da Minoria, através da Liderança do nosso grande deputado Sandro Régis, entrou com uma emenda para retirar essa excrescência. Nesse instante, querer aumentar mais 20% do próprio contribuinte sobre os débitos do Estado é uma excrescência que o governador fez o favor de retirar desta Casa porque sabia ele que os deputados, por unanimidade, iriam aqui derrubá-lo. Mas o governador não quer só aumentar a arrecadação. Ele fez mais ainda, contratou a empresa Agogô Marketing por 4 meses para eventos na Governadoria pelo valor de 1 milhão e 250 mil reais.

Este, portanto, não pode ser o governo que a Bahia quer. Este, portanto, não pode ser o governo que a Bahia merece. Este, portanto, não é, não pode e não será o governo que trará esperança para a Bahia tão sofrida, tão combalida.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado que mais tem emprego no Estado da Bahia, Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Obrigado, Líder. O elogio de V.Ex^a é bem-vindo. Na Prefeitura de Salvador, deve ter vários empregos indicados por mim, mas no governo do Estado, por enquanto, nenhum.

Nobre presidente, nobres deputados...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Vou falar com o governador e ele vai tirar todos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Pode falar e eu assino embaixo. Pode tirar todos porque eu não tenho nenhum lá. Quer que assine agora aqui? Nenhuma

indicação eu tenho, a não ser no gabinete de Marquinho Viana, a gente tem algumas indicações lá.

Mas, nobre presidente, venho à tribuna desta Casa hoje para lembrar a V.Ex^a que amanhã haverá uma sessão para entrega da Comenda Dois de Julho ao nobre desembargador Lourival Trindade, presidente do TRE e grande jurista. Antes de ser desembargador, foi grande advogado da região; professor de Direito Penal da Uesb, o Herzem Gusmão deve conhecer muito bem. Então tem serviços prestados ao nosso Estado e na área jurídica. Trata-se de um estudioso, um intelectual. E esta Casa fez justiça porque é um profissional, um desembargador que, realmente, tem feito muito pela Bahia e, em especial, pela Justiça da Bahia.

Então, nobre presidente, era isso que eu queria lembrar. Conto com a presença dos nobres deputados amanhã, porque se trata de uma homenagem que honra muito a Bahia e a esta Casa, que aprovou neste plenário, a Comenda Dois de Julho para ser entregue ao nobre desembargador e presidente do TRE Lourival Trindade. Um amigo também, como vou citar aqui amanhã, ele também foi assessor jurídico da minha querida Barra da Estiva por um período de quase 8 anos e contribuiu muito para o mandato da então prefeita Ana Lúcia que desempenhou um mandato aprovadíssimo pela população e que seguiu muito as orientações do nobre desembargador, na época advogado.

Então, presidente, obrigado pela tolerância. Depois, faça uma indicação lá no seu gabinete.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado de Feira de Santana Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente deputado Sandro Régis, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero subscrever, meu caro deputado Herzem Gusmão, a moção de pesar pelo falecimento do colega jornalista Antônio Vieira. Nunca trabalhei com o mesmo no mesmo prefixo, mas quando era repórter esportivo tive o prazer de tê-lo também nas pistas dos estádios de futebol, ele como repórter de pista da *Rádio Sociedade da Bahia*, eu trabalhando na *Rádio Subaé*. Depois da morte do comentarista Armando Oliveira, ele foi guindado à posição de comentarista, condição essa que exerceu até a sua morte. Quero subscrever a moção do colega radialista Herzem Gusmão.

Srs. Deputados, o assunto que trago à tribuna é uma preocupação em relação à Região Metropolitana de Feira de Santana. O Ministério das Cidades, daqui a 2 anos, vai exigir que cada Região Metropolitana apresente o seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Com esse plano, as regiões metropolitanas poderão exigir, se habilitar a receber recursos do governo federal, especificamente do Ministério das Cidades, para saneamento, habitação e mobilidade urbana.

A nossa Região Metropolitana, que foi criada em 2011, até agora – pasmem,

Srs. Deputados – não saiu do papel. Ela, de fato, não existe. O governo do Estado, através do seu Líder, deputado Zé Neto, chegou a promover em Feira de Santana uma audiência pública, levando técnicos do governo para engabelar, para ludibriar, porque, de fato, nada aconteceu.

Fizemos uma sessão itinerante em Feira de Santana depois de várias discussões, depois de o governo achatar essa Região Metropolitana, que, inicialmente, foi gestada para ser criada com 16 municípios, mas foi apequenada para seis municípios. E nem assim ela de fato acontece, nem assim o governo botou para funcionar.

Quando leio que o governo federal, através do Ministério das Cidades, vai passar a exigir o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, e a nossa Região Metropolitana ainda não saiu do papel, vejo que vamos perder a condição de obter recursos importantes para três pilares fundamentais: saneamento, habitação e mobilidade urbana.

Outro assunto que quero externar é a minha preocupação em relação à segurança pública na minha querida Feira de Santana. O governador Jaques Wagner, muito bem-falante, educado, cidadão cordato, foi a Feira de Santana e prometeu que lá teriam cinco bases comunitárias de segurança pública. Pois, senhores, não passou de promessa, não passou de palavras soltas ao vento. Nos seus 8 anos, apenas foram construídas, edificadas, duas bases de segurança pública. E vemos que em Salvador funciona, algumas estão funcionando regularmente bem, já temos aqui até bases móveis. Estamos a reivindicar do governador Rui Costa, que conhece a máquina estadual por dentro e por fora, por fora e por dentro, que coloque para Feira de Santana bases móveis especialmente, notadamente, nos bairros de maior conflito, nos bairros mais violentos.

Hoje temos, em Feira de Santana, duas bases funcionando em bairros populares como o George Américo e a Rua Nova, e nesses locais houve diminuição nos índices de violência. Portanto, estamos aqui a clamar, a reivindicar que as promessas feitas pelo governador Jaques Wagner, creio que todas elas canceladas pelo então secretário da Casa Civil Rui Costa, agora na condição de governador, faça acontecer essas promessas, esses pleitos que a população de Feira de Santana cobra agora do governador, Sr. Rui Costa.

Muito obrigado, Sr. Presidente Sandro Régis, que após deixar a condição de Líder da Minoria pode se habilitar a essa cadeira na qual V.Ex^a fica tão bem refastelado, quem sabe possa ocupar o lugar que hoje é do Presidente Marcelo Nilo, que tem um amor inquebrantável a esta cadeira.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre líder, deputado de Paulo Afonso, Paulo Rangel.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros da

Imprensa, populares que ocupam a Galeria Paulo Jackson, subo a esta tribuna para parabenizar o deputado Joseildo pelo brilhante discurso que ele fez aqui em relação aos Destaques que serão votados hoje, na Câmara Federal, e que diz respeito à regulamentação de um projeto complexo, controverso, contraditório e que leva, sim, a mão de obra brasileira a um processo de precarização extremo.

O que me assusta, nesse debate, é que a discussão, em relação a essa matéria, tomou um caráter ideológico muito forte. Lembro-me de que, quando ainda estava na Chesf e o presidente desse País era ainda José Sarney, nós tivemos a oportunidade de fazer uma grande discussão em relação a alguns procedimentos de empresas em nosso país, principalmente das empresas de capital misto, nas quais acabamos com o processo de terceirização nas atividades finalísticas.

Naquela época, encontrávamos, nas empresas principalmente do setor elétrico, engenheiros, eletricitas, técnicos - todos eles trabalhando de forma terceirizada. Pois bem, conseguimos a absorção desses funcionários e, de lá para cá, não se contratou mais mão de obra terceirizada em nosso país para atividades finalísticas, principalmente, nas empresas estatais, o que vinha sendo uma prática.

Coloco isso porque estou vendo essa matéria ser revestida de uma capa ideológica que tem nos levado a uma certa insensatez no momento de discutir e refletir sobre o assunto.

Temos alguns exemplos, os mais antigos aqui os conhecem. V. Ex^{as} se lembram da empresa Coelba? Daqueles serviços, inclusive de rua, que eram prestados por eletricitas e eletrotécnicos? Do comportamento daqueles profissionais e das formas como eles eram tratados pela empresa que é a principal gestora dos serviços de energia? Lembrem-se e comparem isso com a eficiência e com o tratamento que os funcionários terceirizados hoje obtêm.

Portanto, estamos diante, realmente, de um projeto perigoso. De tal modo, se executado da forma como temos visto em algumas empresas, essa prática, que já acontece, é bom que se diga, poderá ser comparada a uma mão de obra de semi-escravidão.

Portanto, essa é uma matéria que deveria ser discutida com mais cautela e não deveria ser contaminada pelo debate eleitoral existente hoje no Congresso Nacional entre Situação e Oposição.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Solicito uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Não havendo número legal, declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*